



CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU



ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU, REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

PRESIDÊNCIA: Vereador RODRIGO RODRIGUES

APROVADO
Em 22/02/2021
PRESIDENTE

SECRETARIA: Vereadora CLÁUDIA MARIA GABRIEL
Vereador ANTONIO CARLOS VAZ DE ALMEIDA

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às vinte horas, os vereadores do Poder Legislativo reuniram-se para a realização da 2ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de Botucatu. Sob a Presidência e a Secretaria dos Vereadores acima citados, registrou-se a presença dos vereadores: Abelardo Wanderlino da Costa Neto (Abelardo), Alessandra Lucchesi de Oliveira (Alessandra Lucchesi), Antonio Carlos Vaz de Almeida (Cula), Cláudia Maria Gabriel (Cláudia Gabriel), Elias Marcelo Sleiman (Marcelo Sleiman), Erika Cristina Liao Tiago (Erika da Liga do Bem), Laudo Gomes da Silva (Sargento Laudo), Luiz Aurélio Pagani (Lelo Pagani), Rodrigo Rodrigues (Palhinha), Roseli Antunes da Silva Ielo (Rose Ielo) e Silvio dos Santos (Silvio). Com a presença da unanimidade dos vereadores, o Presidente instalou a sessão ressaltando a necessidade de proceder os trabalhos de forma resumida, para evitar a exposição desnecessária aos riscos de contaminação da Covid-19. Ato contínuo, o Presidente colocou em votação as Ata da Sessão Ordinária realizada no dia 8 de fevereiro, que foi aprovada pela unanimidade dos vereadores. Logo após, solicitou à Secretária que procedesse a leitura das correspondências recebidas: Do Prefeito, indicando como líder do governo junto à Câmara, o Vereador Luiz Aurélio Pagani (Lelo Pagani). Do Vereador Sargento Laudo, respondendo o Requerimento nº 38/2021. Da Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL, respondendo o Requerimento nº 20/2021. Do Presidente do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de Botucatu, comunicando como líder do partido na Câmara, o Vereador Antonio Carlos Vaz de Almeida (Cula). Projetos que deram entrada: 1) Projeto de Lei Complementar nº 01/2021, de iniciativa do Prefeito Municipal, que dispõe sobre a não incidência de multa e juros de mora, pelo período que perdurar o estado de emergência e calamidade pública relacionado à pandemia do coronavírus no Município de Botucatu, sobre os créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não. 2) Projeto de Lei nº 04/2021, de iniciativa do Prefeito Municipal, que altera o artigo 1º. da Lei Municipal nº 5.974/18, que dispõe sobre a concessão de subsídio para o custeio do sistema de transporte coletivo de modo a preservar a modicidade da tarifa cobrada aos usuários do serviço público. 3) Projeto de Lei nº 06/2021, de iniciativa do Prefeito Municipal, que denomina de "Professor Odair Aparecido Domingues Frudelles", o Centro de Educação "Canal Comunitário da Cidade de Botucatu". 4) Projeto de Lei nº 07/2021, de iniciativa do Prefeito Municipal, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde objetivando a transferência de recursos financeiros destinados



CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU



à contratação de serviços de esterilização cirúrgica de cães e gatos de ambos os sexos. 5) Projeto de Lei nº 05/2021, de iniciativa do Vereador Palhinha, que declara de Utilidade Pública a Associação Sagrado Coração de Jesus. Ato contínuo, o Presidente solicitou que a secretária procedesse com a leitura das proposições. Requerimentos de Pesar nºs 05, 06, 07, 08 e 09/2021. Pela ordem, a vereadora Alessandra Lucchesi solicitou um minuto de silêncio em respeito às famílias enlutadas. Requerimentos apresentados e aprovados: Do vereador Cula nºs 39 e 41, do vereador Sargento Laudo nºs 40, 54, 63 e 64, do vereador Palhinha nº 42, da vereadora Erika da Liga do Bem nºs 43 e 44, dos vereadores Alessandra Lucchesi, Palhinha e Lelo Pagani nº 47, do vereador Silvio nºs 48 e 52, da vereadora Alessandra Lucchesi nºs 49 e 56, do vereador Lelo Pagani nºs 50, 51 e 53. Pela ordem, a Vereadora Rose Ielo solicitou destaque do requerimento nº 55 de autoria dos vereadores Alessandra Lucchesi, Erika da Liga do Bem, Sargento Laudo e Palhinha. Da vereadora Rose Ielo nºs 58, 62 e 67, do vereador Marcelo Sleiman nºs 59 e 60, dos vereadores Erika da Liga do Bem e Silvio nº 65, do vereador Abelardo nºs 66 e 68. Moções aprovadas: da vereadora Cláudia n/ 03 e do vereador Cula nº 04. Indicações: do vereador Cula nºs 07 e 09, da vereadora Erika da Liga do Bem nº 08, do vereador Lelo Pagani nº 10, da vereadora Alessandra Lucchesi nº 11, do vereador Abelardo nºs 13, 15 e 16, da vereadora Cláudia Gabriel nº 14 e da vereadora Rose Ielo nº 17. Em seguida, deu-se início a discussão do requerimento nº 55 destacado pela Vereadora Rose Ielo. A vereadora que solicitou o destaque fez uso da palavra, primeiramente, por cinco minutos. Logo em seguida, a vereadora Alessandra Lucchesi, primeira signatária, fez uso da palavra por dois minutos. Pela ordem, as vereadoras Rose Ielo e Alessandra Lucchesi solicitaram que suas falas constassem na presente ata. O Presidente consultou o plenário que aprovou que as falas fossem transcritas na íntegra. Rose Ielo: *“Obrigada Senhor Presidente, eu gostaria de expor a respeito deste requerimento, dia aqui, então, que solicitam um projeto arquitetônico, urbanístico e paisagístico que contemplem melhorias no acesso e entorno do espaço público que aloja a Secretaria de Educação. Vejo que a primeira autora vereadora Alessandra Lucchesi, Erika da Liga do Bem, Sargento Laudo e Palhinha. O que me preocupa senhores vereadores é que foi feita uma fiscalização do Tribunal de Contas naquela área, então se falou aqui no requerimento Vila Jaú, mas não se informou que a secretaria de educação foi lá para o parque ferroviário e aquele espaço do parque ferroviário houve uma licitação em 2016 que de 12 milhões de reais e quando foi no ano de 2016, em plena campanha eleitoral, em agosto, foi feito um termo aditivo de R\$ 1.035.000,00 justamente para fazer o projeto urbanístico e arquitetônico daquele lugar. Então, o Tribunal de Contas avaliou aquela tomada de preço, aquela licitação, que foi a licitação 12 de 2016, e quando foi em agosto de 2016, assinou-se então um ajuste, um aditivo. O contrato é o de número 409 de 2016 no valor de R\$ 1.035.000,00, ou seja, mais de um milhão para fazer o que justamente se pede neste requerimento que é um projeto arquitetônico, urbanístico naquele lugar que é o entorno da secretaria de educação, o parque ferroviário. Esse contrato foi julgado irregular pelos auditores do Tribunal de Contas de Bauru que fiscalizam as contas da prefeitura depois ele também foi analisado pelos conselheiros do tribunal de contas mantendo a irregularidade e colocando que, desde seu projeto básico, não assegurou o acesso a pessoas com deficiência com mobilidade reduzida, não houve, no último mês, acompanhamento dos técnicos responsáveis pelo projeto, pelas planilhas orçamentárias, pelo projeto*



CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU



executivo...em quatro meses do projeto assinado, ele foi alterado em 63%, não atendendo a lei de licitação e, por isso, foi considerado irregular. Quando o Tribunal de Contas mandou aqui para a Câmara Municipal eu coloquei essa fiscalização para ser encaminhada para apuração ao ministério público e foi rejeitado, naquela oportunidade pelos vereadores. Vereadora Alessandra e Sargento Laudo devem se lembrar. Rejeitou, não aceitando que fosse encaminhada para o ministério público a irregularidade que o Tribunal de Contas mandou para a Câmara Municipal. Um advogado da cidade, bem conhecido, assistiu aquela sessão e encaminhou ao ministério público, então, hoje, eu até estava conversando com o assessor jurídico da Casa, Dr. Ezeo, naquela oportunidade, inclusive, o advogado entrou no ministério público e acusou o presidente por omissão, porque, no caso, regimentalmente, ele se manifestou da posição que cabia a ele como presidente da Casa. Mas o que me preocupa é que como não ficou claro essa situação, mas a hora em que li o requerimento na íntegra e vi as fotos, se trata do entorno do parque ferroviário que já se foi feito um contrato, já se foi pago mais de um milhão de reais, então, se não foi feita a benfeitoria que estava no projeto básico, então os senhores vereadores estariam solicitando praticamente o mesmo objeto. Então, para os vereadores que já estavam desde a legislatura passada, se não se atentaram a essa situação, e os vereadores novos, vereadora Erika e Vereador Palhinha, eu trago ao conhecimento dos senhores da preocupação de estar pedindo algo que já foi pago e está sendo investigado pelo Ministério Público e também lá é uma área do Fundo de Solidariedade, cuja verba é do Fundo Social de Solidariedade e não um espaço da secretaria de educação. Então, assim, eu vou votar contra quando a esse histórico que eu acho preocupante e solicito que esta minha fala conste na ata desta sessão, senhor Presidente”. Alessandra Lucchesi: “Agradeço senhor Presidente, agradeço as colocações da vereadora Rose. Quero fazer a defesa desta matéria que assino junto com o Presidente desta casa, a vereadora Erika e o vereador Sargento Laudo, que somos, inclusive, da comissão de educação desta casa. Talvez a localidade e o espaço citado pela vereadora Rose esteja mais próximo daquilo que estamos questionando. Nosso questionamento e nossa solicitação é que ela aconteça desde a entrada que dá acesso à secretaria municipal de educação. Hoje nós temos uma rua, por exemplo, que vocês que estão nos ouvindo em casa é exatamente aquela que vai margeando a Guarda Municipal aí ela vira e vai sentido Lageado. Naquela rua nós temos não dupla, ela é uma mão estreita e pra quem sai e o fluxo de profissionais vão começar a ter acesso a secretaria de educação principalmente agora com as aulas presenciais serem uma realidade no país, nós vamos ter muita dificuldade de acesso e mobilidade naquela área. Entrando naquele espaço, nós temos uma rampa, essa rampa não pertence a esse processo citado pela vereadora Rose. Todo esse espaço citado e esse contrato que corre e terá sua justiça validada ou não, mediante mãos de autoridades competentes e que eu não saberia informar aos vereadores da legitimidade de todas as críticas que se coloca dentro daquele processo, o que eu quero deixar todos os senhores calmos e tranquilos é que eu solicito nesse documento a organização daquele espaço de entrada e iluminação. Quando se fala em projeto de mobilidade, paisagístico, estamos pegando desde a parte externa até os portões onde consta daí todo esse processo que a vereadora Rose citou, então fiquem tranquilos e obrigada a todos (....) quero, inclusive, que conste que este documento foi votado o ano passado por minha autoria e por todos os vereadores que, inclusive, hoje votam



CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU



contrário". Pela ordem, a vereadora Rose Ielo solicitou que a propositura fosse discutida no período da Ordem do dia. Referida solicitação foi colocada em votação e foi rejeitada com 7 votos contrários. Sendo assim, o requerimento nº 55 foi colocado em votação e foi aprovado pela maioria dos vereadores com 3 votos contrários dos vereadores Abelardo, Silvio e Rose Ielo. Pela ordem, a vereadora Rose Ielo solicitou a verificação nominal de votação que confirmou 3 votos contrários e 7 favoráveis. Pela ordem, os vereadores Abelardo, Rose Ielo e Sargento Laudo justificaram seus votos. Após o término do Pequeno Expediente, teve início o período do Grande Expediente. Fizeram uso da palavra os vereadores: Palhinha, Rose Ielo (aparteado pelo vereador Cula), Silvio, Abelardo (aparteado pelo vereador Cula), Alessandra Lucchesi e Cula (aparteado pela vereadora Alessandra Lucchesi). Encerrado o Grande Expediente, o Presidente solicitou que a Secretária realizasse a chamada dos vereadores para a Ordem do Dia. Projeto apreciado: 1) Projeto de Lei nº 1/2021, de iniciativa do Vereador Marcelo Sleiman, que altera a Lei nº 5.888/2016, que dispõe sobre a criação do Distrito IV. Fizeram uso da palavra os vereadores Marcelo Sleiman (aparteado pelos vereadores Lelo Pagani, Alessandra Lucchesi e Silvio) e Palhinha. Referido projeto foi colocado em votação e foi aprovado pela unanimidade dos vereadores. Antes do encerramento, o Presidente lembrou os vereadores de audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao 3º quadrimestre de 2020 (setembro a dezembro), a ser realizada no próximo dia 16 de fevereiro, informando que devido às medidas de prevenção ao contágio do novo Coronavírus, o acesso às dependências da Câmara será limitado apenas a vereadores, servidores e expositores sendo que a participação da sociedade será assegurada de maneira remota. Nada mais para ser tratado, o Presidente declarou encerrada a presente Sessão Ordinária. Eu, Erika Svícero Martins, Supervisora de Processo Legislativo, lavrei a presente Ata que, se aprovada, será assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, Vereador Rodrigo Rodrigues e pela 1ª Secretária da Câmara Municipal, Vereadora Cláudia Maria Gabriel.

CSM